

NECESSIDADE DE UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA: A VISÃO DE KARL POLANYI SOBRE OS MERCADOS

Autor:

António Bob Santos
Economista e Mestre em Ciências do Trabalho

e-mail: antonio_bob@yahoo.com

1. Princípios de integração económica: Mercado, Redistribuição, Reciprocidade e Domesticidade

Karl Polanyi, na sua obra *A Grande Transformação* (1980), considera que “a história e a etnografia conhecem várias espécies de economia” (Polanyi, pg. 60), diferenciando quatro princípios de integração económica: o de mercado (oferta e procura de bens ou serviços), o de redistribuição (por parte de uma entidade central), o de reciprocidade (relação de partilha entre as pessoas) e o da administração doméstica ou domesticidade (produção para auto-consumo).

O *mercado* é onde se dá o encontro entre a oferta e a procura de bens e serviços tendo como finalidade a troca. A procura e a oferta são ajustadas através do preço, sendo utilizado uma forma geral de equivalência – a moeda.

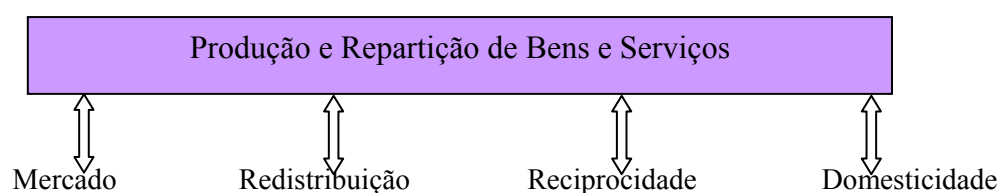
Na *redistribuição*, a produção é dirigida a uma autoridade central, sendo armazenada e posteriormente distribuída. Ou seja, implica que a sociedade tenha um centro, que reparta os recursos depois de os ter recebido.

A *reciprocidade* corresponde ao acto da “dádiva”, que implica uma “contra-dádiva”: uma pessoa oferece qualquer coisa a outra pessoa e esta retribui qualquer coisa à primeira. Esta oferenda de “dádivas” tem um efeito social relevante, podendo assumir o carácter particular (doação interpessoal) ou geral (doação a uma colectividade). O fundamento da “dádiva” é que os objectos não são dissociados de quem os oferece e representam essencialmente um comportamento social.

Em relação à *domesticidade*, consiste na produção para consumo próprio; o princípio é a produção e armazenamento para satisfazer as necessidades de determinado grupo .

Jean-Louis Laville (1992) define da seguinte forma os princípios de integração económica identificados por Polanyi:

Figura 2 – Princípios de integração económica, segundo Polanyi



Fonte: J.L.Laville (1992), pg.127

Para Polanyi, cada um destes quatro princípios de integração económica está associado a um determinado modelo institucional de suporte. É o modelo institucional da *centralidade* que permite a redistribuição. A centralidade supõe uma autoridade e uma divisão do trabalho entre os representantes dessa autoridade e os outros membros do grupo, podendo as relações entre o grupo dirigente e os subordinados diferir consoante o poder político instituído (Laville, 1992, pg. 127). Significa isto que, na redistribuição, o movimento não se poderá efectuar sem um centro estabelecido de onde a redistribuição se realiza. A redistribuição não é um padrão individual de comportamento e depende de um centro reconhecido (Polanyi, 1977, pg. 37).

Por seu lado, a *simetria* facilita o comportamento da reciprocidade, estando muito presente nos povos mais iletrados (Polanyi, 1980, pg. 64). Este modelo é favorecido pela circulação de bens e serviços sem a

necessidade de qualquer tipo de registos. A reciprocidade implica movimentos entre pontos correlativos de agrupamentos simétricos (Laville, 1992, pg. 127). Ou seja, envolve a presença de dois ou mais grupos dispostos simetricamente, cujos membros se podem comportar de forma semelhante em relação uns aos outros. Visto que essa simetria não é restringida à dualidade, os grupos recíprocos não necessitam de resultar de atitudes de mutualidade (Polanyi, 1977, pg.37).

Na domesticidade, o modelo base de suporte é a *autarcia*, podendo a natureza do núcleo institucional diferir pelo sexo, pela família patriarcal, pelo poder político, como pelo poder senhorial. A organização interna do grupo pode ser democrática ou não e a dimensão do grupo pode variar consideravelmente (Laville, 1992, pg. 127).

A integração económica pelo mercado é capaz de criar uma instituição particular – *o mercado*. É a razão pela qual todo o sistema económico de mercado tem efeitos profundos na organização de toda a sociedade, significando que a sociedade é gerida como um auxiliar do mercado (Laville, 1992, pg. 128). No mercado, tal como na reciprocidade, o factor validativo e organizativo provém não do indivíduo, mas sim das acções colectivas das pessoas em situações estruturadas. A troca, como forma de integração, depende da existência de um sistema de mercado, um padrão institucionalizado que, ao contrário de pressupostos comuns, não origina actos aleatórios de troca (Polanyi, 1977, pg. 37).

Polanyi afirma que as pesquisas históricas e antropológicas concluem que, “a economia do homem, como regra, está submersa nas suas relações sociais” (Polanyi, 1980, pg. 61) e que só recentemente é que a economia é controlada e regulada por mercados. Polanyi utiliza o exemplo das sociedades tribais, largamente estudadas por Thurnwald e Malinowski, no princípio do século XX. Assim, neste tipo de sociedades, a ordem na produção e na distribuição é fornecida, na sua maior parte, por dois princípios não associados basicamente à

economia: a *reciprocidade* e a *redistribuição* (Polanyi, 1980, pg. 63). Por exemplo, em algumas sociedades tribais, os actos de troca (que se tratavam de actos de dádiva) eram gratuitos, não se esperando mais nada além da reciprocidade (não necessariamente pelos mesmos indivíduos), levando a supor a inexistência da noção de lucro ou até mesmo de riqueza. Assim, a reciprocidade ajuda a salvaguardar a produção e a subsistência das famílias. Contudo, estes dois princípios não se podem concretizar sem a garantia da sua aplicação por parte das instituições existentes e de padrões tais como a simetria (aspecto presente na organização social entre povos iletrados) e a centralidade (presente em todos os grupos humanos, que consiste numa conduta de colecta, armazenamento e redistribuição de bens e serviços). Desta forma para Polanyi, nas sociedades tribais, o sistema económico é mera função da organização social e, enquanto esta seguir a sua rotina normal, “não há razão para a interferência de qualquer motivação económica individual” (Polanyi, 1980, pg. 64).

Em algumas sociedades tribais existia um intermediário que recebia e distribuía os bens, ou seja, redistribuía-os. Para Polanyi, a redistribuição tende a enredar o sistema económico em relações sociais, pelo que é frequente encontrar a redistribuição como parte do sistema político vigente, quer seja simples ou bastante complexo. Contudo, o mecanismo da redistribuição apareceu com maior visibilidade aquando do crescimento económico, que levou a uma complexa divisão do trabalho (Polanyi, 1980, pg.67).

Todos os sistemas económicos conhecidos por nós, até ao fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios da *redistribuição*, ou da *reciprocidade* ou da *domesticidade*, ou por alguma combinação dos três princípios. Estas formas de integração eram institucionalizadas com a ajuda de uma organização social de algum tipo e com o uso dos padrões de *simetria*, *centralidade* e *autarcia*. Outros aspectos, como os costumes, a religião e a magia,

favoreciam o cumprimento das regras por parte dos indivíduos. Resumindo, para Polanyi os mercados não desempenharam um papel importante no sistema económico até ao fim da Idade Média, prevalecendo outras formas institucionais (Polanyi, 1980, pg.69).

Vários foram os autores que contribuíram para estas conclusões: Durkeim, Weber e Pareto (estudos sobre as pré-condições sociais para os diferentes tipos de acções individuais); Richard Thurnwald, em 1916 (relação empírica entre atitudes pessoais de reciprocidade e a interdependência resultante das instituições simétricas); Bronislaw Malinowski, cerca de dez anos mais tarde, (a partir dos estudos de Thurnwald), concluiu que as situações de reciprocidade na sociedade humana serão sempre encontradas nas formas simétricas de organização social básica (através da descrição do sistema parentesco das ilhas Trobriand e do sistema de comércio *kula*). A partir destes estudos foi mais fácil generalizar a reciprocidade numa forma de integração e, igualmente, de generalizar a simetria numa estrutura de apoio. Isto foi conseguido juntando a redistribuição e a troca à reciprocidade e a centralidade e o mercado à simetria. Apenas num ambiente simetricamente organizado é que as atitudes recíprocas resultam em instituições económicas de alguma importância; apenas onde haja centros estabelecidos, é que as atitudes de cooperação dos indivíduos produzem uma economia redistributiva; e é apenas na presença do mercado instituído para esse fim que as atitudes dos indivíduos resultam em preços que integram a actividade económica (Polanyi, 1977, pg. 38).

2. A ascensão do Mercado como principal forma de integração económica

Polanyi considera que a Economia de Mercado é uma estrutura institucional recente, que nunca esteve presente a não ser nos últimos

três séculos. De facto, até à Revolução Industrial, os mercados eram apenas acessórios da vida económica, sendo o sistema económico absorvido pelo sistema social. As regulamentações e os mercados apareceram ao mesmo tempo, sendo a ideia de mercado auto-regulável desconhecida até à época. “Uma economia de mercado é um sistema económico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados”, sendo a produção e a distribuição dirigidas por esse mesmo mercado (Polanyi, 1980, pg.81). A transformação de uma sociedade implica uma mudança na motivação da acção por parte dos membros das sociedades: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. As transacções transformam-se em transacções monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial (Polanyi, 1980, pg. 58).

Com a auto-regulação, a produção passa a ser vendida num mercado, o que origina rendimentos. Aparecem mercados para todo o tipo de produtos, nomeadamente para o trabalho, a terra e o capital, passando os seus preços a ser os salários, o aluguer e os juros (Polanyi, 1980, pg.82). Verifica-se aqui a submissão da sociedade às leis de mercado, dado que no trabalho são os próprios seres humanos e a terra o próprio ambiente natural no qual eles existem.

Para Polanyi, o trabalho, a terra e o dinheiro são uma parte fundamental do sistema económico e tem de ser organizados em mercados. Contudo, não são mercadorias, dado que nenhum deles é produzido para venda, ou seja, “a descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia” (Polanyi, 1980, pg.85). A verdade é que estes elementos são vendidos e comprados no Mercado.

A ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria – trabalho, terra e capital – foi a consequência da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial, levando à compra e venda destes

elementos. A organização do trabalho alterou-se com a organização do sistema de mercado e o desenvolvimento deste sistema alterou também a organização da própria sociedade. Ou seja, a sociedade humana tornou-se num acessório do sistema económico (Polanyi, 1980, pg.87).

No final do Sec.XVIII, a transição para um sistema democrático e para uma política representativa significou a total reversão da tendência que se verificava e, da mesma forma, a mudança dos mercados regulamentados para mercados auto-reguláveis representou uma transformação completa na estrutura da sociedade. Polanyi afirma que há a necessidade de separar as áreas da Economia e da Política. Antes da Revolução Industrial não havia um sistema económico separado da sociedade, sendo a actividade económica apenas separada na sociedade do Sec.XIX. Mas de que forma é que esta separação posiciona o mercado face aos restantes modelos de integração existentes – reciprocidade, domesticidade e redistribuição - e qual a ligação entre estas formas integradoras num sistema de mercado?

3. Os princípios de integração face ao Mercado

Durante o século XX e principalmente depois da 2ª Guerra Mundial, surge um proteccionismo social e nacional, exercido pelo Estado, reforçando-se este como autoridade central, por onde passa a *redistribuição*. O Estado passa a ser a peça central a partir da qual a redistribuição de bens e de serviços é realizada. Desta forma, os efeitos perversos do mercado fortaleceram um princípio de redistribuição reactualizado (Laville, 1992, pg. 130).

Em relação à *reciprocidade*, esta não se resume à transferência de bens e serviços, sendo acompanhada de relações sociais, de comportamentos e de sentimentos particulares. Num quadro económico dominado pelo

mercado, onde o indivíduo é reconhecido como peça central e é soberano e livre, a reciprocidade não pode ser mais a expressão da dependência pessoal que caracteriza as relações sociais; afirma-se como um modo de transferência para outros entre indivíduos independentes e separados. A reciprocidade, que está presente nas sociedades tradicionais como uma lógica social de integração, apresenta-se na sociedade moderna sob a forma dispersa de reciprocidades parciais. A “dádiva” não está mais impregnada de relações sociais, sendo fruto de uma decisão individual e a sua existência provém do efeito produzido nos beneficiários (Laville, 1992, pg. 130).

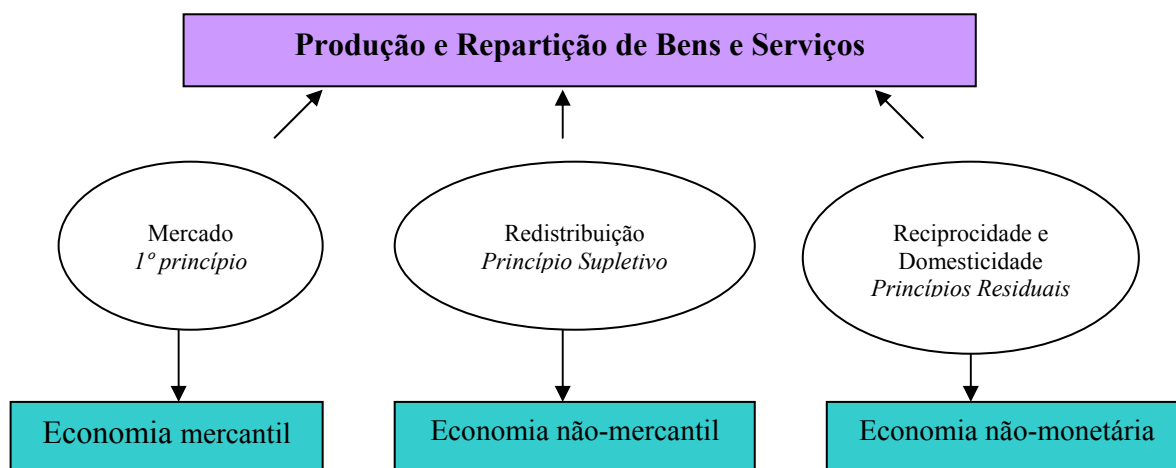
Quanto à *domesticidade*, ela está tendencialmente a integrar-se na actividade intra-familiar. A actividade produtiva efectuada pelas colectividades que suportavam a família, as aldeias ou outros agrupamentos foram gradualmente sendo restringidas pela destabilização das sociedades rurais tradicionais, onde havia uma forte densidade de relações de parentesco e de vizinhança (Laville, 1992, pg. 130).

Desta forma verificamos que, no século XIX, o mercado constituiu a principal força de mudança e o aparecimento do Estado social levou à perda de importância dos princípios da reciprocidade e da domesticidade na organização económica. O século XX consagrou a separação do mercado e da redistribuição estatal, levando à “marginalização progressiva da reciprocidade e da domesticidade” (Laville, 1992, pg. 131).

Para Jean-Louis Laville, o período de crescimento do pós-guerra gerou uma articulação entre três formas distintas de economia, com princípios de comportamento económico diferentes: economia mercantil, economia não-mercantil e economia não-monetária, ao qual

correspondem os princípios do *mercado*, *redistribuição* e *reciprocidade/domesticidade*, respectivamente:

Figura 3 - Produção e Repartição de Bens e Serviços



Fonte: Laville, *Les services de proximité en Europe*, pg. 135, Syros, 1992

A economia mercantil corresponde à economia onde a tarefa de assegurar a ordem na produção e distribuição de bens e de serviços pertence ao mercado, ou seja, o mercado surge como o princípio central de regulação económica (Laville, 1992, pg. 132). Aqui, o mercado constitui o mecanismo a partir do qual se organiza a economia de mercado, independentemente do maior ou menor grau de intervenção por parte do Estado ou de outros agentes (Laville, 1992, pg. 133).

A economia não-mercantil corresponde à parte da economia onde a tarefa de assegurar a ordem na produção e na distribuição de bens pertence à redistribuição, cuja responsabilidade pertence ao Estado. Ou seja, a redistribuição torna-se um princípio supletivo em relação ao mercado. Na Europa, surgiu o Estado-providência no período pós-guerra, tendo sido desenvolvida a protecção social e assegurado o rendimento daqueles com maiores necessidades. Trata-se de uma economia protectora e assistencial (Laville, 1992, pg. 134). Esta

economia não-mercantil é financiada por uma economia de mercado em expansão e possui uma nova legitimidade, dado que o seu campo de acção estende-se continuamente (Laville, 1992, pg. 135).

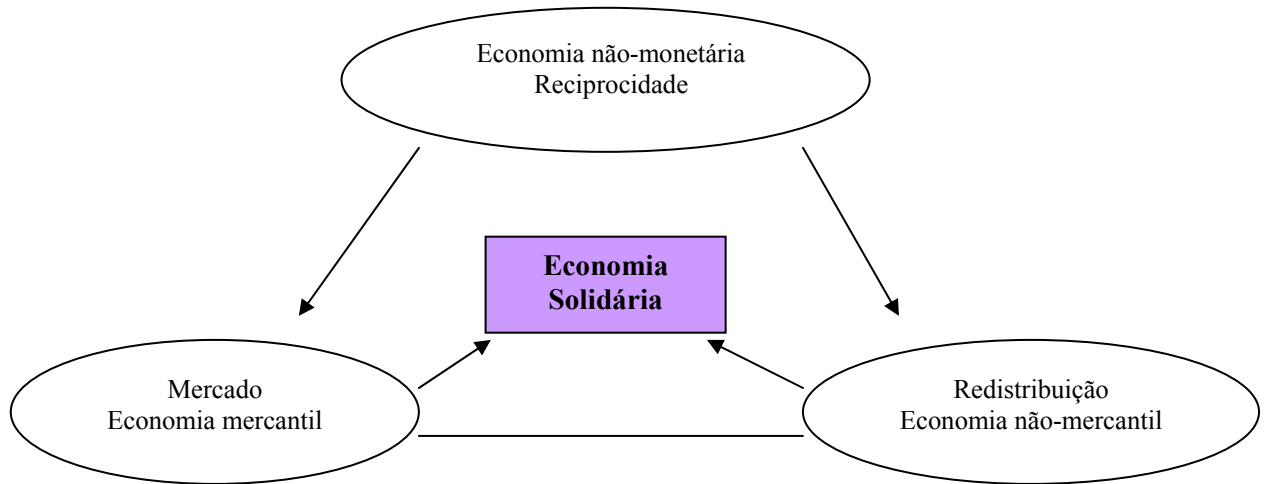
Quanto à economia não-monetária, corresponde à economia onde a tarefa de assegurar a ordem na produção e na distribuição de bens pertence à reciprocidade e à domesticidade (estes princípios subsistem como residuais dentro da economia não-monetária). Esta economia está associada às relações sociais não monetárias, encontrando-se marginalizada face às economias não-mercantil e mercantil. O seu lugar depende muito do Estado-providência. Apesar de representar uma parte importante do sistema, continua como uma parte menos clara das economias nacionais (Laville, 1992, pg. 135).

Laville considera que as economias mercantis e não-mercantil podem assemelhar-se à economia monetária. Temos assim a economia monetária, por um lado, e a economia não-monetária, por outro, tendo sido esta última um pouco esquecida e posta de parte pela economia monetária no período do pós-guerra (Laville, 1992, pg. 136).

4. Necessidade de uma Economia solidária

Laville propõe novas relações entre os três tipos de economia por ele considerados e sublinha a necessidade de uma “recomposição entre as esferas económica, social e política” (Laville, 1996, pg. 52), visando a criação de novas formas de emprego e favorecendo a emergência de uma “economia solidária”.

Figura 4 – Enquadramento da Economia Solidária



Fonte: Jean-Louis Laville (1996), *Réconcilier l'économique et le social*, OCDE, pg. 52.

Na “economia solidária”, o princípio da reciprocidade aparece ao lado do mercado e da redistribuição, adquirindo o papel que tinha antes de ter sido ofuscado pelos outros dois princípios. Esta reciprocidade assume forma através das iniciativas de desenvolvimento e da criação de emprego local, “esbatendo as fronteiras entre o económico e o social” (Laville, 1996, pg, 51), levando a que a economia de solidariedade encontre o seu próprio espaço entre a economia de mercado e a solidariedade estatal.

No plano social, as estruturas desta economia solidária tem por objectivo contribuir para a resolução de problemas e dar resposta a necessidades sócio-económicas que o Estado e o sector privado não conseguem solucionar. No plano económico, os empregos criados na economia solidária, graças ao aparecimento de novas actividades, seriam vistos como transitórios e como uma simples passagem; ou então, seriam vistos numa perspectiva mais global e abrangente, visando a produção de serviços de uma forma colectiva e já não de uma

forma doméstica ou familiar. Significa isto envolver a Economia, de novo, nas relações sociais. Na esfera política, as estruturas da economia solidária visam dotar os actores intervenientes de uma maior participação, através da identificação das suas necessidades e da sua resolução, ou seja, uma maior democratização em todo este processo (Laville, 1996, pg. 53).

Bibliografia

- Laville, J-L. (1992), **Les services de proximité en Europe**, Syros ;
- Laville, J-L. (1996), **Réconcilier l'économique et le social**, OCDE ;
- Polanyi, Karl (1977), **The Livelihood of Man**, Academic Press;
- Polanyi, Karl (1980), **A grande transformação, as origens da nossa época**, Campus, Rio de Janeiro;
- Verschave, F-X. (1994), **Libres leçons de Braudel, Passerelles pour une société non excluante**, Paris, Syros.